

STJ00098901

Cássio Benvenuti de Castro

AÇÃO ANULATÓRIA

**De Acordo com o CPC/73
e o Projeto do Novo CPC**

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4751-9

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Castro, Cássio Benvenuti de.

C355 Ação anulatória: de acordo com o CPC/73 e o projeto
do novo CPC./ Cássio Benvenuti de Castro./ Curitiba:
Juruá, 2014.

378p.

1. Ação anulatória. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347.91

000056

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

Primeira Parte

A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

1 A INDIVIDUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	31
1.1 A Influência do Direito Positivo.....	33
1.2 Uma Compreensão Estática do Processo Civil.....	35
1.3 A Solução da Tradição Conceitualista: uma Compreensão da “Ação Anulatória” por Simples Exclusão	42
a) Os recursos.....	44
b) O <i>habeas corpus</i> e o mandado de segurança.....	45
c) A impugnação ao cumprimento da sentença (ou embargos à execução) e os embargos de terceiro	47
d) A <i>querela nullitatis (insanabilis)</i>	50
e) A ação rescisória	54
2 AS PREMISSAS METODOLÓGICAS DA ANÁLISE.....	61
2.1 A Premissa Institucional. O Primado da Tutela dos Direitos e a Tutela Jurisdicional.....	62
2.2 A Premissa Normativa.....	75
2.2.1 A noção de fato jurídico processual	76
2.2.2 O processo como um procedimento em contraditório.....	87

2.2.3	Uma distinção fundamental: os atos processuais <i>versus</i> os atos processualizados.....	93
2.2.4	A separação dos planos: a invalidade processual (invalidade dos atos processuais) não se confunde com a invalidade dos atos processualizados.....	116
2.3	A Premissa Dialética.....	120

Segunda Parte

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA AÇÃO ANULATÓRIA

3	A TEORIA DA TUTELA JURISDICIONAL CONSTITUTIVA NEGATIVA DO ATO PROCESSUALIZADO.....	141
3.1	A Necessidade da Regra Codificada.....	142
3.2	A Questão da Nomenclatura.....	145
3.3	O Objeto Material Atacado pela Ação Anulatória: os “Atos Judiciais”	149
3.3.1	As espécies de “atos judiciais”.....	157
3.3.1.1	Os “atos judiciais” que não dependem de sentença.....	158
3.3.1.2	Os “atos judiciais” seguidos de sentença “meramente homologatória”	163
3.4	Em Especial: a Sentença “Meramente Homologatória”	167
3.4.1	A definição de sentença e uma classificação pelo critério da virtualidade cognitiva.....	170
3.4.1.1	A sentença com julgamento ou decisão.....	177
3.4.1.2	A sentença homologatória	183
3.4.1.3	A sentença “meramente” homologatória	192
3.5	A Denominada “Rescindibilidade” Indireta do Ato Processual Típico que Encobre o Ato ou o Negócio Jurídico do Direito Material	200
3.6	Os Fundamentos Jurídicos para a Tutela Desconstitutiva: a “Lei Civil”	203
3.7	A Desconstituição do ato Processualizado como os “Atos Jurídicos em Geral”	206
3.8	Segue: a Problemática do Direito Público	226

Terceira Parte

A PRÁTICA DA AÇÃO ANULATÓRIA

4 O PROCESSO PARA A TUTELA JURISDICIONAL CONSTITUTIVA NEGATIVA DO ATO PROCESSUALIZADO	235
4.1 A Competência Jurisdicional para o Julgamento da Ação Anulatória.....	236
4.2 O Procedimento	243
4.3 A Legitimidade das Partes	244
4.4 A Tutela Jurisdicional.....	246
4.5 Em Especial: os Efeitos Práticos da Tutela Jurisdicional	249
4.6 O Prazo Decadencial	251
4.7 O Modelo de Convencimento Judicial.....	256
4.8 A Fungibilidade entre a Ação Anulatória e a Ação Rescisória.....	263
5 OS CASOS POLÊMICOS	265
5.1 A Jurisdição Voluntária	265
5.2 Em Especial: a Partilha no Inventário.....	278
5.3 A Decisão em Processo Cautelar	285
5.4 As Falsas Homologações: a <i>Homologação</i> do Cálculo do Contador, a Sentença <i>Homologatória</i> da Demarcação e a <i>Homologação</i> do Projeto de Sentença do Juiz Leigo	292
5.5 A Homologação da Sentença Estrangeira.....	299
5.6 As Modalidades da Expropriação dos Bens na Execução	302
5.7 A Transação e a Aparente Antinomia: o Art. 486 no Confronto com o Art. 485, Inc. VIII, ambos do Código de Processo Civil	319
5.8 Outras Hipóteses.....	341
CONCLUSÃO.....	347
REFERÊNCIAS.....	357
ÍNDICE ALFABÉTICO	365